

ASSOCIAÇÃO PARA A VALORIZAÇÃO ECONÓMICA DOS AÇORES

Demonstrações Financeiras e Orçamentais
31 de dezembro de 2021

Índice

Demonstrações financeiras

Balanço

Demonstração de resultados por natureza

Demonstração das alterações no património líquido

Demonstração dos fluxos de caixa

Anexo às demonstrações financeiras

Identificação da entidade

Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

Resumo das principais políticas contabilísticas adotadas

Informação desagregada dos itens apresentados no balanço e na demonstração dos resultados tendo em conta a sua natureza e materialidade

Ativos e passivos contingentes

Indicação do número de pessoal, titulares do órgão de gestão ou informação útil

Demonstrações orçamentais

Demonstração de desempenho orçamental

Demonstração de execução orçamental da receita

Demonstração de execução orçamental da despesa

Anexo às demonstrações orçamentais

Alterações orçamentais da receita

Alterações orçamentais da despesa

Transferências e subsídios recebidos

Demonstrações Financeiras
31 de dezembro de 2021 e 2020

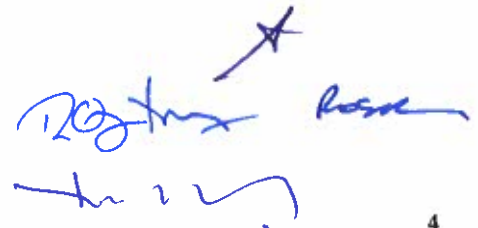
(Valores expressos em euros)

Balço em 31 de dezembro de 2021 e 2020

	Notas	31/12/2021	31/12/2020 (reexpresso)
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	1	43 101,03	35 093,67
Ativos intangíveis	2	156,45	391,03
Participações financeiras	3	5 846,32	5 617,92
		<u>49 103,80</u>	<u>41 102,62</u>
Ativo Corrente			
Inventários	4	9 411,56	7 528,97
Devedores por transferências e subsídios	5	138 560,40	532 885,52
Clientes, contribuintes e utentes	6	16 876,45	12 078,39
Estado e outros entes públicos	7	110 633,01	110 646,29
Outras contas a receber	8	304 111,86	248 378,81
Diferimentos	9	1 099,49	536,14
Caixa e depósitos	10	91 801,22	128 540,72
		<u>672 493,99</u>	<u>1 040 594,84</u>
Total do Ativo		<u>721 597,79</u>	<u>1 081 697,46</u>
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
Património	11	50 000,00	50 000,00
Resultados transitados		(510 837,30)	(416 470,91)
Outras variações no património líquido		17 293,28	-
Resultado líquido do período		3 798,47	(94 366,39)
Total do Património Líquido	11	<u>(439 745,55)</u>	<u>(460 837,30)</u>
PASSIVO			
Passivo corrente			
Credores por transferências e subsídios concedidos	12	140 553,51	356 081,78
Fornecedores	13	731 285,64	679 732,27
Estado e outros entes públicos	7	24 399,07	26 862,70
Financiamentos obtidos	14	-	287 500,00
Outras contas a pagar	13	162 833,77	110 173,29
Diferimentos	9	102 271,35	82 184,72
		<u>1 161 343,34</u>	<u>1 542 534,76</u>
Total do Passivo		<u>1 161 343,34</u>	<u>1 542 534,76</u>
Total do Património Líquido e Passivo		<u>721 597,79</u>	<u>1 081 697,46</u>

O Contabilista Certificado

A Direção



(Valores expressos em euros)

Demonstração dos resultados em 31 de dezembro de 2021 e 2020

	Notas	2021	2020
Prestações de serviços	15	336 346,08	191 709,64
Transferências correntes e subsídios à exploração obtidos	16	1 198 174,59	1 152 379,58
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	4	(145 777,30)	(99 646,01)
Fornecimentos e serviços externos	17	(431 008,27)	(397 832,50)
Gastos com pessoal	18	(725 940,00)	(718 658,88)
Imparidades de inventários (perdas/reversões)	4	-	(6 790,47)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	6	5 798,17	4 633,35
Outros rendimentos e ganhos	19	9 500,30	23 861,61
Outros gastos e perdas	20	<u>(216 188,12)</u>	<u>(206 159,29)</u>
Resultado antes de depreciações e gastos de financiamento		30 905,45	(56 502,97)
Gastos/reversões de depreciação e amortização	1 e 2	<u>(12 927,33)</u>	<u>(27 124,12)</u>
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)		17 978,12	(83 627,09)
Juros e gastos similares suportados	14	<u>(14 124,88)</u>	<u>(10 677,86)</u>
Resultado antes de impostos		3 853,24	(94 304,95)
Imposto sobre o rendimento	7	(54,77)	(61,44)
Resultado líquido do período		<u>3 798,47</u>	<u>(94 366,39)</u>

O Contabilista Certificado

A Direção



(Valores expressos em euros)

Demonstração das alterações no património líquido em 31 de dezembro de 2021 e 2020

DESCRICÃO	Notas	Património Realizado	Resultados transitados	Outras variações no património líquido	Resultado líquido do período	Total do património líquido
A 1 de janeiro de 2020		50 000,00	(420 346,25)	9 966,82	3 875,34	(356 504,09)
ALTERAÇÕES NO PERÍODO						
Aplicação do resultado líquido de 2019		-	3 875,34	-	(3 875,34)	-
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido		-	-	(9 966,82)	-	(9 966,82)
		-	3 875,34	(9 966,82)	(3 875,34)	(9 966,82)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO					(94 366,39)	(94 366,39)
RESULTADO INTEGRAL					(94 366,39)	(94 366,39)
A 31 de dezembro de 2020	11	50 000,00	(416 470,91)	-	(94 366,39)	(460 837,30)
A 1 de janeiro de 2021		50 000,00	(416 470,91)	-	(94 366,39)	(460 837,30)
ALTERAÇÕES NO PERÍODO						
Aplicação do resultado líquido de 2020		-	(94 366,39)	-	94 366,39	-
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido		-	-	17 293,28	-	17 293,28
		-	(94 366,39)	17 293,28	94 366,39	17 293,28
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO					3 798,47	3 798,47
RESULTADO INTEGRAL					3 798,47	3 798,47
A 31 de dezembro de 2021	11	50 000,00	(510 837,30)	17 293,28	3 798,47	(439 745,55)

O Contabilista Certificado

A Direção



Rosula

ROSELA
L. K. U. J.

(Valores expressos em euros)

Demonstração dos fluxos de caixa em 31 de dezembro de 2021 e 2020

	Notas	2021	2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		374 574,99	244 984,63
Pagamentos a fornecedores		(584 688,19)	(780 359,22)
Pagamentos ao pessoal		(694 408,66)	(756 420,69)
Caixa gerada pelas operações		<u>(904 521,86)</u>	<u>(1 291 795,28)</u>
Outros recebimentos/pagamentos		1 208 227,81	1 898 594,70
Fluxos de caixa das atividades operacionais		<u>303 705,95</u>	<u>606 799,42</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(23 995,23)	(10 297,08)
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		-	933,27
Fluxos de caixa das atividades de investimento		<u>(23 995,23)</u>	<u>(9 363,81)</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		892 000,00	1 410 500,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(1 179 500,00)	(1 918 000,02)
Juros e gastos similares		(28 950,22)	(31 387,36)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		<u>(316 450,22)</u>	<u>(538 887,38)</u>
Variação de caixa e seus equivalentes		(36 739,50)	58 548,23
Sado Inicial APM		-	-
Caixa e seus equivalentes no início do período		128 540,72	69 992,49
Caixa e seus equivalentes no fim do período	10	91 801,22	128 540,72
CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDO DE GERÊNCIA			
Caixa e seus equivalentes no início do período		128 540,72	69 992,49
Equivalentes a caixa no início do período		128 540,72	69 992,49
Variações cambiais de caixa no início do período		-	-
Saldo da gerência anterior		128 540,72	69 992,49
De execução orçamental		128 540,72	69 992,49
De operações de tesouraria		-	-
Caixa e seus equivalentes no fim do período		91 801,22	128 540,72
Equivalentes a caixa no fim do período		91 801,22	128 540,72
Variações cambiais de caixa no fim do período		-	-
Saldo para a gerência seguinte		91 801,22	128 540,72
De execução orçamental		91 801,22	128 540,72
De operações de tesouraria		-	-

O Contabilista Certificado

A Direção

D
2020
Rosalia
A

**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 e 2020**

IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

A AVEA – Associação para a Valorização Económica dos Açores abreviadamente também designada por Associação, é uma associação de direito privado, sem fins lucrativos, constituída em 19 de julho de 2002 pelo Governo dos Açores, a Câmara do Comércio e Indústria de Ponta Delgada e a SATA Air Açores. Tem a sua sede na Rua dos Clérigos n.º 4, 9500-308 Ponta Delgada.

Sendo uma Entidade detida maioritariamente por entidades com capitais públicos, está sujeita à disciplina do setor público empresarial regional, nos termos do disposto na alínea a), do n.º 1, do artigo 3.º do Decreto Legislativo Regional n.º 7/2008/A, de 24 de março. É uma entidade pública reclassificada, uma vez que se inclui no subsector da administração regional, no âmbito do Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais, nas últimas contas setoriais publicadas pela autoridade estatística nacional, adotando para o efeito o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações públicas (SNC-AP).

A Associação tem como objeto social a promoção da qualificação profissional em diversas áreas que contribuam para o desenvolvimento da Região Autónoma dos Açores, nomeadamente nos setores de hotelaria, turismo, restauração e atividade conexas, de produção cultural e de produtos endógenos e serviços do arquipélago, a promoção dos produtos tradicionais, nomeadamente o artesanato regional e unidades produtivas artesanais, a promoção de produtos e serviços de origem açoriana, valorizando as empresas e agentes económicos, bem com a gestão de espaços e a organização de iniciativas.

Para prossecução destes objetivos, a Associação promoveu a criação da Escola de Formação Turística dos Açores (EFTA) que se rege por regulamento próprio, tendo para tal o direito de utilização do restaurante e Lounge Anfiteatro nas Portas do Mar, que constituirão a sua estrutura principal de formação técnica e prática. Adicionalmente, a Associação passou também a promover, participar e a realizar eventos ou outras atividades como feiras, exposições em diversas áreas, ficando também responsável pela gestão do estabelecimento “Pavilhão do Mar”, situado no empreendimento Portas do Mar.

Ao abrigo do disposto no artigo 3º do Decreto-Lei 460/77, de 7 de Novembro e do artigo 1º do Decreto-Lei nº 52/80, de 26 de março, conjugados com o nº 3 do artigo 5º do Decreto Legislativo Regional nº 38-A/2004/A, de 11 de novembro, a Presidência do Governo Regional declarou a Associação de utilidade pública em 7 de novembro de 2005.

REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas com base nos registos contabilísticos mantidos em conformidade com regime simplificado para as pequenas entidades do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pela Portaria 218/2016 de 9 de agosto, e foram aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública – Pequenas Entidades (NCP-PE), constantes no referido diploma.

Sempre que as NCP-PE não respondam a aspetos particulares de transações ou situações, que se coloquem em matéria de contabilização ou de relato financeiro, recorrer-se-á supletivamente, em primeiro lugar, ao SNC-AP do regime geral, e depois, às Normas de Contabilidade e Relato Financeiro que integram o Sistema de Normalização Contabilística.

As demonstrações financeiras da Associação e respectivas notas deste anexo são apresentadas em euros (moeda funcional), salvo indicação explícita em contrário.

Apresentação apropriada e conformidade com as NCP-PE

As presentes demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos da Associação. Representam de forma fiel os efeitos das transações, outros acontecimento e condições, de acordo com a definição e critérios de reconhecimento de ativos, passivos, rendimentos e gastos estabelecidos na estrutura concetual e nas NCP-PE.

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com o SNC-AP requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adotar pela Associação, com impacto significativo no valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período de reporte.

Apesar de estas estimativas serem baseadas na melhor experiência da Direção e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e ações correntes e futuras, os resultados atuais e futuros podem diferir destas estimativas.

As demonstrações financeiras anexas foram aprovadas pela Direção, em 11 de março de 2022.

Derrogação das disposições do SNC-AP

Não existiram, no decorrer do período abrangido pelas demonstrações financeiras quaisquer casos excepcionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC-AP que tenha produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem pôr em causa a imagem verdadeira e apropriada das demonstrações financeiras.

Comparabilidade das demonstrações financeiras

Os elementos constantes nas presentes demonstrações financeiras são, na sua totalidade, comparáveis com os do período anterior. No entanto, procedeu-se nos números comparativos apresentados nas presentes demonstrações financeiras à reclassificação para Credores por transferências e subsídios concedidos de alguns saldos que, em 2020, foram reconhecidos na rubrica de Outras contas a pagar, no montante de 356.082 euros (Nota 12). Esta reexpressão na apresentação desses saldos não alterou o valor do passivo corrente então apresentado e não teve qualquer efeito nos resultados e na demonstração dos fluxos de caixa.

Compensação de saldos e transações

Os ativos e os passivos e os rendimentos e os gastos não são compensados, exceto se for exigido ou permitido por uma NCP.

RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS ADOTADAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas, com base no pressuposto da continuidade das operações e do regime do acréscimo, são descritas abaixo e foram consistentemente aplicadas a todos os períodos apresentados, salvo quando indicado.

As transações em moeda estrangeira são registadas às taxas de câmbio em vigor na data das transações. Os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira para os quais não há

acordo de fixação de câmbio são convertidos para euros, utilizando-se as taxas de câmbio vigentes na data do balanço.

As diferenças de câmbio, favoráveis ou desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças, dos pagamentos ou à data do balanço, são registadas como rendimentos e gastos na demonstração dos resultados.

A Associação classifica os ativos e os passivos em correntes, quando se espera que sejam (i) realizados ou liquidados, ou que estejam detidos para venda ou consumo, no decurso do seu ciclo operacional; (ii) detidos principalmente com a finalidade de ser negociados; (iii) realizados ou liquidados dentro de doze meses após a data de relato; ou (iv) caixa ou um equivalente a caixa, a menos que seja limitada a sua troca ou uso para regularizar um passivo durante pelo menos doze meses após a data de relato ou não tenha um direito incondicional de diferir a sua liquidação durante esse período. Todos os outros ativos e passivos devem ser classificados como não correntes.

(a) ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis, utilizados na prestação de serviços ou para uso administrativo, encontram-se mensurados ao custo, deduzidas das depreciações e eventuais perdas de imparidade acumuladas, quando aplicável. Este custo inclui o custo considerado à data de transição para o SNC-AP, e o custo de aquisição para ativos adquiridos após essa data.

Os dispêndios subsequentes incorridos com renovações e grandes reparações, que façam aumentar a vida útil dos ativos são reconhecidos no custo do ativo, enquanto as despesas com reparações e manutenção que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros são reconhecidas como gastos do período em que são incorridas.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método de quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado.

As vidas úteis e o método de depreciação dos ativos fixos tangíveis são periodicamente revistos. O efeito de alguma alteração a essas estimativas contabilísticas é reconhecido prospectivamente nas demonstrações financeiras.

Os ganhos ou perdas resultantes da alienação ou abate dos ativos fixos tangíveis são determinados pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada do ativo, sendo reconhecidos na demonstração dos resultados no período em que ocorrem.

(b) IMPARIDADES DE ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

As quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis são periodicamente revistas para se determinar eventuais imparidades em relação à quantia recuperável dos respetivos ativos, que é determinada como o mais elevado entre o preço de venda líquido e o valor de uso do ativo, sendo este último calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, decorrentes do uso continuado e da alienação do ativo no fim da sua vida útil e, sempre que for inferior é reconhecida uma perda por imparidade registada de imediato na demonstração dos resultados.

A reversão de perdas por imparidade determinadas em períodos anteriores é registada na demonstração dos resultados até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações), caso a perda não tivesse sido registada.

(c) PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

As contribuições para o património social registadas em Participações financeiras estão mensuradas ao valor nominal.

(d) INVENTÁRIOS

Os inventários estão mensurados pelo custo ou valor realizável líquido, dos dois o mais baixo, sendo reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição, o qual inclui todas as despesas suportadas com a compra. O custo é determinado utilizando o método do custo médio ponderado.

(e) INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os ativos e os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio, que são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando a Associação se torna parte das correspondentes disposições contratuais, estão mensurados ao custo amortizado, quando aplicável ou ao justo valor com as alterações de justo valor a serem reconhecidas na demonstração dos resultados.

RG
H
102/02
A

Os ativos e passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado quando (i) sejam à vista ou tenham maturidade definida em termos de prazo; (ii) o seu retorno ou remuneração seja de montante fixo, de taxa de juro fixa ou de taxa variável correspondente a um indexante de mercado; e (iii) não possuam nenhuma cláusula contratual da qual possa resultar a perda ou alteração à responsabilidade pelo reembolso do valor nominal e do juro acumulado a receber ou pagar.

Para os ativos e passivos registados ao custo amortizado, os juros obtidos ou pagar a reconhecer em cada período são determinados de acordo com o método da taxa de juro efectiva, que corresponde à taxa que desconta os recebimentos e os pagamentos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

Os principais ativos e passivos financeiros mensurados ao custo amortizado são: (i) Devedores por transferências e subsídios ou por empréstimos bonificados; Clientes, contribuintes e utentes; Credores por transferências e subsídios obtidos, Fornecedores e Financiamentos obtidos.

Os ativos e passivos financeiros, que não cumpram com as condições para ser mensurados ao custo amortizado e integram instrumentos de capital próprio cotados em mercado ativo, contratos derivados e ativos financeiros detidos para negociação, são registados ao justo valor, sendo as variações de justo valor registadas nos resultados de exercício, excepto no que se refere aos instrumentos financeiros derivados que qualifiquem como relação de cobertura de fluxos de caixa.

i. CLIENTES, CONTRIBUINTES E UTENTES E OUTRAS CONTAS A RECEBER

As rubricas de Clientes, contribuintes e utentes e Outras contas a receber são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, deduzido de qualquer perda de imparidade, quando existir evidência objetiva de que determinadas transações não serão recuperáveis de acordo com as condições contratuais.

ii. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Correspondem aos valores em caixa, depósitos à ordem e a prazo e outras aplicações de tesouraria a curto prazo (3 meses) que sejam prontamente convertíveis para quantias

For
RG
M
A

conhecidas de dinheiro e que estejam sujeitos a um risco não significativo de alterações de valor.

iii. PATRIMÓNIO REALIZADO

O património social inicial da Associação corresponde às prestações pecuniárias dos associados fundadores:

iv. FORNECEDORS E OUTRAS CONTAS A PAGAR

As rubricas de Fornecedores e Outras contas a pagar são inicialmente reconhecidas ao justo valor e são subsequentemente apresentadas ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva.

v. FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Os financiamentos obtidos são inicialmente reconhecidos ao justo valor e são subsequentemente apresentados ao custo amortizado, sendo a diferença reconhecida em relação ao valor nominal reconhecida na demonstração de resultados, ao longo do período do empréstimo, utilizando o método da taxa efetiva.

(f) IMPARIDADE DE ATIVOS FINANCEIROS

As quantias escrituradas dos ativos financeiros, que não sejam mensurados ao justo valor através dos resultados, são sujeitas anualmente a testes de imparidade para determinar se existe evidência objetiva de que os seus fluxos de caixa futuros estimados desses ativos serão, ou não, afetados.

As perdas por imparidade são registadas em resultados no período em que são determinadas e subsequentemente serão também revertidas por resultados, caso essa diminuição possa ser objetivamente relacionada com situações que tiveram lugar após o seu reconhecimento.

(g) DESRECONHECIMENTO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

A Associação desreconhece os ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram ou quando transfere para outra parte todos os riscos e benefícios significativos relacionados. São desreconhecidos também os ativos financeiros transferidos

Rosale
RG
M
A

com o respetivo controlo cedido, mesmo que alguns riscos e benefícios significativos tenham sido retidos nessa transferência.

A Associação desreconhece passivos financeiros quando a obrigação contratualmente estabelecida seja liquidada, cancelada ou expire.

(h) PROVISÕES

As provisões são reconhecidas quando (i) existir uma obrigação presente, legal ou construtiva resultante dum acontecimento passado, (ii) seja provável que a sua liquidação da obrigação venha a ser exigida e (iii) for fiável estimar o montante da obrigação. As provisões são periodicamente revistas e ajustadas para refletirem a melhor estimativa.

(i) ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade da sua existência seja provável e não seja remota.

Os ativos contingentes são divulgados quando é provável a existência de benefícios económicos futuros.

Os passivos contingentes são divulgados no anexo, a menos que seja remota a possibilidade de uma saída de recursos que incorporem benefícios económicos, e são avaliados continuamente para assegurar que os desenvolvimentos estão apropriadamente refletidos nas respetivas demonstrações financeiras.

(j) RENDIMENTO DE TRANSAÇÕES

Os rendimentos obtidos são classificados de provenientes de transações com ou sem contraprestação, dependentemente de ter havido, ou não, uma retribuição próxima do justo valor dos recursos recebidos.

O rendimento de transações com contraprestação é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rendimento reconhecido está deduzido do montante de devoluções, descontos e outros abatimentos e não inclui IVA ou outros impostos liquidados relacionados com a venda ou a prestação de serviços.

Resposta
RG
17
u
A

Os rendimentos provenientes da venda de bens é reconhecido quando a Associação (i) tiver transferido para o comprador os riscos e as vantagens significativas da propriedade dos bens; (ii) não mantenha envolvimento continuado da gestão com grau geralmente associado com a posse, nem o controlo efetivo dos bens vendidos; (iii) possa fiavelmente mensurar a quantia do rendimento; (iv) tiver garantido que os benefícios económicos ou potencial de serviço associados com a transação possam fluir; e (v) possa fiavelmente mensurar os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação.

Os rendimentos associados à prestação de serviços são reconhecidos com referência à fase de acabamento da transação à data do balanço, quando o desfecho de uma transação possa ser fiavelmente estimado, que pressupõe que (i) a quantia do rendimento possa ser fiavelmente mensurada; (ii) seja provável que os benefícios económicos ou potencial de serviço associados à transação possam fluir; (iii) a fase de acabamento da transação à data do balanço possa ser fiavelmente mensurada; e (iv) os custos incorridos com a transação e os custos para concluir a transação possam ser fiavelmente mensurados.

Quando o influxo de dinheiro ou equivalente de dinheiro for diferido, o justo valor da retribuição pode ser menor que a quantia nominal. Esta diferença é reconhecida como rendimento de juros, que é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que os benefícios económicos futuros fluam para a Associação e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

O influxo dos recursos provenientes de uma transação sem contraprestação reconhecido como um ativo é reconhecido como rendimento, exceto até ao ponto em que for também reconhecido um passivo relativo ao mesmo influxo. A Associação mensura o ativo de uma transação sem contraprestação como rendimento ao justo valor à data de aquisição e o correspondente rendimento pela quantia do aumento no ativo reconhecido pela mesma.

A Associação quando satisfaz uma obrigação presente reconhecida como um passivo com respeito a um influxo de recursos provenientes de uma transação sem contraprestação, reduz a quantia escriturada do passivo reconhecido e reconhece uma quantia de rendimento igual a essa redução.

As participações financeiras do Governo Regional e de terceiros, atribuídas a fundo perdido, são reconhecidos pelo seu justo valor quando existe uma garantia suficiente de que o

Rosalva
RG
YI
A

subsídio venha a ser recebido e de que a Associação cumpre com todas as condições contratualmente assumidas.

Os subsídios não reembolsáveis obtidos pelo investimento em ativos fixos tangíveis e intangíveis são registados inicialmente em património líquido e subseqüentemente reconhecidos na demonstração de resultados proporcionalmente às depreciações dos ativos assim financiados.

Os subsídios à exploração não reembolsáveis são reconhecidos na demonstração dos resultados no mesmo período em que os gastos associados são incorridos.

(k) BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

A Associação reconhece em gastos os benefícios (que inclui todas as remunerações) a curto prazo dos empregados que tenham prestado serviço no respetivo período contabilístico. O direito a férias e subsídio de férias relativo ao período vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, estando assim, os gastos correspondentes já reconhecidos nos benefícios de curto prazo.

Os benefícios atribuídos aos empregados como prémios e gratificações de desempenho são registados no período a que dizem respeito, independentemente da sua aprovação ou pagamento ocorrer no período seguinte.

(l) ESPECIALIZAÇÃO DE GASTOS E RENDIMENTOS

A Associação regista os seus gastos e rendimentos de acordo com o princípio da especialização do exercício. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas como ativos e passivos, designadamente nas rubricas de Outras contas a receber e a pagar e diferimentos.

(m) IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados ou em património líquido quando associados a transações registadas diretamente no património líquido.

Os impostos correntes correspondem ao valor a pagar baseado no lucro tributável do exercício e os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e

Posden
RG
41
h
A

passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação, bem como os resultados de benefícios fiscais obtidos.

São reconhecidos ativos por impostos diferidos para as diferenças temporárias dedutíveis, quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar. Em cada data de relato é efetuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos ativos por impostos diferidos, no sentido de os reconhecer ou ajustar em função da expectativa atual da recuperação futura.

São geralmente reconhecidos passivos por impostos diferidos para todas as diferenças temporárias tributáveis.

(n) MATÉRIAS AMBIENTAIS

A Associação reconhece os dispêndios de caráter ambiental, bem com os ativos e passivos com eles relacionados. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos na aplicação das políticas contabilísticas foram baseados no melhor conhecimento dos eventos e das transações existente à data de aprovação das demonstrações financeiras e tendo em consideração que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva.

(o) ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE RELATO

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionam informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço ou que dão origem a ajustamentos são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionam informação sobre condições ocorridas após a data do balanço ou que não dão origem a ajustamentos são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materialmente significativos.

Principais estimativas e julgamentos na aplicação das políticas contabilísticas

As principais estimativas contabilísticas e julgamentos na aplicação das políticas contabilísticas foram baseados no melhor conhecimento dos eventos e das transações existentes à data de aprovação das demonstrações financeiras e tendo em consideração que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado. As alterações às estimativas que

Handwritten notes in blue ink: "Handwritten signature", "28", "47", and a vertical line with a checkmark and the letter "A" at the bottom.

ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva.

As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do período subsequente estão relacionadas com a determinação da elegibilidade dos gastos com os cursos de formação profissional realizados e ainda não aprovados que, a cada data de relato, de acordo com os critérios definidos pelas entidades financiadoras, a Associação estima numa base provisória, podendo haver correções decorrentes da sua não integral aceitação.

Consistência de apresentação

As presentes demonstrações financeiras são consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação, quer dos movimentos contabilísticos que lhe dão origem.

Alterações às normas

Não foram publicadas no presente período novas normas, alterações ou interpretações efetuadas a normas existentes que devessem ser consideradas pela Associação.

Alterações nas políticas contabilísticas

Não se verificaram quaisquer alterações às políticas contabilísticas adotadas pela Associação, para os períodos apresentados.

Alterações nas estimativas contabilísticas

A Associação não procedeu à alteração dos procedimentos de determinação das estimativas contabilísticas, que possam ter impacto no período ou em períodos futuros.

Erros materiais de períodos anteriores

Não foi identificado em 2021 qualquer erro relativo a períodos anteriores passível de correção, de acordo com os princípios da NCP 2 – Políticas Contabilísticas, Alterações em Políticas Contabilísticas e Erros.

Principais pressupostos relativos ao futuro

Rosa
20
41
A

Rosale
 RG
 47
 A

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto de continuidade das operações, tendo a Direção procedido à avaliação da capacidade da Associação operar em continuidade, tendo concluído que dispõe de recursos apropriados para manter as atividades e assegurar os compromissos futuros, pelo que considerou como apropriado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras.

INFORMAÇÃO DESAGREGADA DOS ITENS APRESENTADOS NO BALANÇO E NA DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS TENDO EM CONTA A SUA NATUREZA E MATERIALIDADE

1 - ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os movimentos ocorridos nos Ativos fixos tangíveis resumem-se como segue:

	31 de dezembro de 2021					Total
	Equipamento básico	Equipamento transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos	Investimentos em curso	
Quantia bruta escriturada inicial	962 823	-	473 338	254 961	-	1 690 921
Depreciações acumuladas iniciais	(942 992)	-	(463 090)	(249 746)	-	(1 655 828)
Quantia líquida escriturada inicial	19 631	-	10 248	5 215	-	35 094
Movimentos do período	10 005	-	(827)	(1 170)	-	8 007
Aumentos	17 033	-	3 667	-	-	20 700
Aquisições	17 033	-	3 667	-	-	20 700
Outras	-	-	-	-	-	-
Diminuições	(7 029)	-	(4 494)	(1 170)	-	(12 693)
Depreciações	(7 029)	-	(4 494)	(1 170)	-	(12 693)
Alienações	-	-	-	-	-	-
Outras	-	-	-	-	-	-
Regularizações	-	-	-	-	-	-
Outras	-	-	-	-	-	-
Quantia bruta escriturada final	979 656	-	477 004	254 961	-	1 711 622
Depreciações acumuladas finais	(950 021)	-	(467 584)	(250 916)	-	(1 668 520)
Quantia líquida escriturada final	29 636	-	9 421	4 045	-	43 101

Rosier
29
41
M
A

31 de dezembro de 2020						
	Equipamento básico	Equipamento transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos	Investimentos em curso	Total
Quantia bruta escriturada Inicial	959.529	5.000	468.579	254.961	2.950	1.691.019
Depreciações acumuladas iniciais	(920.538)	(4.459)	(461.629)	(248.576)	-	(1.635.201)
Quantia líquida escriturada Inicial	<u>38.990</u>	<u>542</u>	<u>6.951</u>	<u>6.385</u>	<u>2.950</u>	<u>65.818</u>
Movimentos do período	(19.360)	(542)	3.297	(1.170)	(2.950)	(20.724)
Aumentos	3.094	-	6.271	-	-	9.365
Aquisições	3.094	-	6.271	-	-	9.365
Outras	-	-	-	-	-	-
Diminuições	(22.454)	(5.292)	(4.487)	(1.170)	(2.950)	(36.352)
Depreciações	(22.454)	(292)	(2.974)	(1.170)	-	(26.890)
Alienações	-	(5.000)	(1.513)	-	-	(6.513)
Outras	-	-	-	-	(2.950)	(2.950)
Regularizações	-	4.750	1.513	-	-	6.263
Outras	-	4.750	1.513	-	-	6.263
Quantia bruta escriturada final	962.623	-	473.338	254.961	-	1.690.921
Depreciações acumuladas finais	(942.992)	-	(463.090)	(249.746)	-	(1.655.828)
Quantia líquida escriturada final	<u>19.631</u>	<u>-</u>	<u>10.248</u>	<u>5.215</u>	<u>-</u>	<u>35.094</u>

2 - ATIVOS INTANGÍVEIS

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os movimentos ocorridos nos Ativos intangíveis, que compreendem exclusivamente programas de computador, resumem-se como segue:

	2021	2020
Quantia bruta escriturada inicial	2 851	2 851
Depreciações acumuladas iniciais	(2 460)	(2 225)
Quantia líquida escriturada Inicial	<u>391</u>	<u>626</u>
Movimentos do período	235	(235)
Aumentos	0	0
Aquisições	0	0
Diminuições	(235)	(235)
Depreciações	(235)	(235)
Quantia bruta escriturada final	2 851	2 851
Depreciações acumuladas finais	(2 695)	(2 460)
Quantia líquida escriturada final	<u>156</u>	<u>391</u>

3 - PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

Na rubrica de Investimentos financeiros está registada a participação na Adeliaçor – Associação para o Desenvolvimento Local das Ilhas dos Açores, no montante 25 euros, e os fundos disponibilizados para o Fundo de Compensação do Trabalho, no montante de 5.821 euros (em 2020 – 5.592 euros).

4 - INVENTÁRIOS

O movimento ocorrido durante o ano de 2021 e 2020 é assim resumido:

	2021	2020
Inventário inicial	24 319	28 985
Compras	147 660	94 981
Inventário final	(26 202)	(24 319)
Custo das vendas	<u>145 777</u>	<u>99 646</u>
Inventário final	26 202	24 319
Perdas por imparidades de inventários	(16 790)	(16 790)
Saldo líquido	<u>9 412</u>	<u>7 529</u>

O movimento ocorrido no período na rubrica de imparidades acumuladas foi o seguinte:

	2021	2020
Saldo Inicial	16 790	10 000
Reforços do ano	-	6 790
Saldo Final	<u>16 790</u>	<u>16 790</u>

5 - DEVEDORES POR TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o saldo das rubricas de Devedores por transferências e subsídios, que se refere aos subsídios a receber, a título não reembolsável (transações sem contraprestação), detalha-se do seguinte modo:

Rosa
28
47

h
A

	2021	2020
Devedores por transferências e subsídios		
Contratos programa - Direção Regional de Turismo		
Ano 2017	-	70 000
Ano 2018	-	50 000
Ano 2020	-	144 300
		<u>264 300</u>
Fundo Social Europeu	77 549	259 159
Fundo Regional do Emprego	48 315	-
Outros	12 696	9 427
	<u>138 560</u>	<u>532 886</u>

Handwritten notes and signatures:
 - Top right: A signature.
 - Middle right: "R0" and "47" written in blue ink.
 - Far right: A vertical line with a checkmark and the letter "A" below it.

O montante transitado de 264.300 euros reconhecido nesta rubrica era referente aos contratos programas celebrados em anos anteriores com a Região Autónoma dos Açores para o desenvolvimento das atividades da Associação para a Valorização Económica dos Açores e de unidade de aplicação foi integralmente recebido no presente exercício. Os contratos programa para suporte da atividade exercida na presente exercício encontram-se integralmente recebidos (Nota 15).

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os montantes previstos a receber do Fundo Social Europeu referente ao financiamento dos custos de formação profissional pelo programa Pró-Emprego incorridos até essas datas correspondem à estimativa de rendimentos e gastos passíveis de serem financiados numa perspetiva global da sua duração, e subdividem-se entre os gastos já submetidos para validação de 77.549 euros (em 2020 – 259.159 euros) e ainda não apresentados de 286.714 euros (em 2020 – 244.781 euros), estando esta última verba classificada em Outras contas a receber (Nota 8).

6- CLIENTES, CONTRIBUINTES E UTENTES

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o saldo desta rubrica estava assim decomposto:

Losalor
DG
4

	2021	2020
Cientes		
Saldos correntes	16 876	12 078
Cobrança duvidosa	58 958	64 756
	<u>75 835</u>	<u>76 835</u>
Perdas por imparidades acumuladas	(58 958)	(64 756)
	<u>16 876</u>	<u>12 078</u>

A rubrica de perdas por Imparidades acumuladas em 31 de dezembro de 2021 e 2020 resume-se como se segue:

	2021	2020
Saldo inicial	64 756	69 390
Reforços do ano	-	14 319
Reversões do ano	(5 798)	(18 952)
	<u>58 958</u>	<u>64 756</u>

7- ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Os saldos com as entidades públicas detalham-se como segue:

	2021		2020	
	Saldo devedor	Saldo credor	Saldo devedor	Saldo credor
Imposto sobre o rendimento	-	55	-	61
Retenção de impostos sobre rendimentos				
Trabalho dependente	-	5 100	-	6 922
Trabalho independente	-	4 506	-	3 410
Imposto sobre o valor acrescentado				
IVA a recuperar	18 104	-	18 117	-
IVA a pagar	-	-	-	-
IVA Liquidações oficiosas	92 529	-	92 529	-
Contribuições para a segurança social	-	13 241	-	11 356
Contribuições para a caixa geral de aposentações	-	1 241	-	4 540
Contribuições para a A. D. S. E.	-	125	-	440
Outras tributações - FCT e FGCT	-	132	-	133
	<u>110 633</u>	<u>24 399</u>	<u>110 646</u>	<u>26 863</u>

O montante de 92.529 euros de Imposto sobre o valor acrescentado está relacionado com um processo de execução fiscal que surge na sequência de uma inspeção realizada em 2008 pela Autoridade Tributária à extinta Associação Portas do Mar, que não aceitou os atos tributários de liquidação de imposto sobre o valor acrescentado (195.580 euros) e de juros compensatórios

(28.807 euros), que resultaram desse ato inspetivo. Relativamente aos anos de 2009 e 2010 a inspeção apurou IVA a liquidar nos montantes de 82.924 euros e 93.250 euros, respetivamente. Estes processos estão relacionados com a tributação em sede de IVA das verbas transferidas pela Região Autónoma dos Açores destinadas a financiar a atividade daquela antiga associação, por isso, entende que a legalidade das correções incorrem em erros de pressupostos objetivos e subjetivos de incidência do imposto.

A Associação Portas do Mar foi compelida a prestar uma garantia bancária para suspender o processo de execução fiscal, que se extinguirá no caso de ser concedido provimento às contestações efetuadas.

Os subsídios recebidos entre os anos de 2008 e 2018 perfazem o montante de 4.090.302 euros e foram considerados não sujeitos a tributação em sede de IVA pela APM, enquanto que o montante de imposto apurado após a inspeção tributária foi no sentido destes subsídios não beneficiarem do regime de isenção previsto no CIVA.

No exercício de 2014, nas transferências recebidas do Governo Regional dos Açores e de diversos clientes, foram retidos pela Autoridade Tributária o montante de 92.529 euros.

A Associação está sujeita ao Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC). Em conformidade com a legislação em vigor na Região Autónoma dos Açores, a taxa reduzida a aplicar para determinação do IRC é de 14,70% em 2020. Como estabelecido na Lei das Finanças Locais, a Associação está também sujeita à derrama fixada pelo município até ao montante máximo de 1 % do lucro tributável sujeito e não isento de IRC.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte da administração fiscal durante um período de 4 anos e 5 anos no que respeita à segurança social, exceto quando tenham ocorrido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções fiscais, reclamações ou impugnações, caso estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos.

A Direção entende que as correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais às declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

Rosalva
RG
M
A

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 não existiam valores em dívida à Segurança Social nem à Administração Fiscal, com exceção da pendência do assunto anteriormente mencionado.

fiscal
RG
M
A

8 - OUTRAS CONTAS A RECEBER

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, esta rubrica compreende maioritariamente estimativas de gastos incorridos e ainda não apresentados relativos a formação profissional, cujo detalhe se apresenta:

	2021	2020
Outros contas a receber		
FSE - Encargos ainda não submetidos	303 687	244 781
Outros	425	3 598
	<u>304 112</u>	<u>248 379</u>

9- DIFERIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a rubrica do ativo de Diferimentos contempla os gastos a reconhecer relacionados nomeadamente com seguros, conforme se apresenta:

	2021	2020
Gastos a reconhecer		
Seguros	1 099	536
	<u>1 099</u>	<u>536</u>

Na rubrica de Diferimentos (passivos), o saldo de Rendimentos a reconhecer a 31 de dezembro de 2021 e 2020, diz respeito a rendimentos a registar dos valores já recebidos de ações de formação que serão realizadas nos períodos subsequentes, no montante de 102.271 euros (em 2020 - 82.185 euros).

10- CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, tinha a seguinte composição:

Local
20
47
A

	2021	2020
Caixa	-	2 122
Depósitos à ordem	91 801	126 419
Total de caixa e depósitos	91 801	128 541

A Associação não dispõe de quaisquer saldos de caixa e seus equivalentes com restrição de uso nos períodos apresentados.

11- PATRIMÓNIO

O património social inicial da Associação foi dotado, em 2002, de uma verba de 50.000 euros, correspondente às seguintes prestações pecuniárias feitas pelos associados fundadores:

REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES	25 000
CÂMARA DO COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE PONTA DELGADA	12 500
SATA AIR AÇORES – SOCIEDADE AÇOREANA DE TRANSPORTES AÉREOS, S.A.	12 500
	<u>50 000</u>

Constitui património da Associação o produto das participações anuais dos seus associados, bem como os bens, valores, serviços e direitos para ela transferidos ou adquiridos.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os movimentos ocorridos no Património líquido resumem-se como segue:

	01/01/2021	Aplicação de resultados	Variações	31/12/2021
Património	50 000	-	-	50 000
Resultados transitados	(416 471)	(94 366)	-	(510 837)
Outras variações dos fundos próprios	-	-	17 293	17 293
	<u>(366 471)</u>	<u>(94 366)</u>	<u>17 293</u>	<u>(443 544)</u>
Resultado líquido	(94 366)	94 366	3 798	3 798
Total do património líquido	<u>(460 837)</u>	<u>-</u>	<u>21 092</u>	<u>(439 746)</u>

	01/01/2020	Aplicação de resultados	Variações	31/12/2020
Património	50 000	-	-	50 000
Resultados transitados	(420 346)	3 875	-	(416 471)
Outras variações dos fundos próprios	9 967	-	(9 967)	-
	<u>(360 379)</u>	<u>3 875</u>	<u>(9 967)</u>	<u>(366 471)</u>
Resultado líquido	(94 366)	94 366	(94 366)	(94 366)
Total do património líquido	<u>(454 746)</u>	<u>-</u>	<u>(104 333)</u>	<u>(460 837)</u>

Os subsídios ao investimento em ativos fixos tangíveis e os correspondentes impostos associados são registados inicialmente nesta rubrica e anualmente transferidos para resultados na mesma proporção das depreciações dos ativos financiados. O imposto a pagar no futuro sobre estes subsídios é reconhecido em Outras contas a pagar e subsequentemente anulado diretamente no património líquido, à medida que esses subsídios são imputados a resultados.

A rubrica de Outras variações no património teve o seguinte movimento:

	Subsídio	Ajustamentos	Valor líquido
Saldo em 1 de janeiro de 2020	12 199	(2 232)	9 967
Transferência para resultados	(12 199)	-	(12 199)
Anulação do imposto a pagar	-	2 232	2 232
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-	-	-
Atribuição no ano	17 581	-	17 581
Transferência para resultados	(288)	-	(288)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u>17 293</u>	<u>-</u>	<u>17 293</u>

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, bem como a proposta de aplicação dos resultados apresentada pela Direção de manter em resultados transitados o resultado negativo de 94.366 euros apurado nesse exercício, foram aprovadas em Assembleia Geral realizada em 28 de abril de 2021.

12- CREDORES POR TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS CONCEDIDOS

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o saldo esta rubrica era assim composto:

	2021	2020
FSE - valores adiantados	119 457	339 039
TURISMO DE PORTUGAL	<u>21 097</u>	<u>17 043</u>
	<u>140 554</u>	<u>356 082</u>

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o Fundo Social Europeu tinha adiantado 119.457 euros e 339.039 euros, respetivamente, montantes que serão regularizados com a apresentação das respetivas despesas antecipadamente financiadas.

Roscoe
RG
YF
A

O montante de 21.097 euros a reembolsar ao Turismo de Portugal refere-se às verbas do contrato de concessão de apoio financeiro de natureza não reembolsável concedido em 2018 para financiar o Programa de Qualificação e Valorização Profissional Açores – Certificado Pela Natureza então realizado. Em 2021, regularizou-se 4.054 euros por contrapartida de Outros gastos e perdas (Nota 20).

Rosa
DS
YF
PA

13 - FORNECEDORES E OUTRAS CONTAS A PAGAR

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, as rubricas de Fornecedores e Outras contas a pagar detalha-se como segue:

	2021	2020
Fornecedores		
Sata Air Açores	235	609
Outros	<u>731 051</u>	<u>679 124</u>
	<u>731 286</u>	<u>679 732</u>
Outras contas a pagar		
Remunerações a processar e liquidar	124 468	91 623
Juros a liquidar	-	377
Outros acréscimos	18 217	7 410
Bolsas de formação	17 143	10 745
Outros credores	<u>3 006</u>	<u>18</u>
	<u>162 834</u>	<u>110 173</u>

Na rubrica de Fornecedores está escriturado um saldo de 679.487 euros em 31 de dezembro de 2021 (em 2020 – 624.316 euros) devido à PORTOS DOS AÇORES e proveniente do direito de utilização do restaurante e Lounge Anfiteatro nas Portas do Mar e da gestão do estabelecimento “Pavilhão do Mar”, situado no empreendimento Portas do Mar. Esta dívida tem uma antiguidade relativa e a sua regularização está dependente de obtenção de fundos financeiros adicionais dos associados.

14 - FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Em 31 de dezembro de 2020, a rubrica de Financiamentos apresentava o saldo de 287.500 euros correspondente a saldo utilizado das contas correntes caucionadas.

Existem três contas correntes caucionadas contratadas, com montantes autorizados de 200.000 euros, 25.000 euros e 300.000 euros, sendo as duas primeiras remuneradas à taxa Euribor, de 12 meses acrescidas de uma margem de 4,75 pontos percentuais e a última vencendo juros à mesma taxa Euribor a 12 meses acrescida de uma margem de 2,5 pontos percentuais.

Os gastos financeiros relacionados com empréstimos obtidos, no valor de 14.125 euros (em 2020 – 10.669 euros), foram reconhecidos como gastos do período corrente, conforme se demonstra:

	2021	2020
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados		
Financiamentos obtidos	8 505	10 669
Juros tributários	6	9
Outros gastos e perdas de financiamento	5 614	-
	<u>14 125</u>	<u>10 678</u>

15 - VENDAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Os rendimentos registados em prestação de serviços durante o ano de 2021 e 2020, dizem respeito sobretudo à atividade de restauração e organização de eventos, ao aluguer do espaço do "Pavilhão do Mar", bem como de ações de formação profissional organizadas pela Escola, como se indica:

	2021	2020
Atividade de restauração	320 724	173 942
Ações de formação profissional	-	12 319
Pavilhão do Mar - Organização de eventos	15 622	5 448
	<u>336 346</u>	<u>191 710</u>

16 - TRANSFERÊNCIAS CORRENTES E SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO OBTIDOS

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os valores registados resumem-se como segue:

Jose
2021
41
A

fozda
 RG
 47
 A

	2021	2020
Fundo Social Europeu	671 568	609 816
Contrato Programa (Nota 5):		
2019	-	34 910
2020	54 545	426 455
2021	333 680	-
Outros apoios à formação (FRE)	87 376	-
Apoios ao emprego (COVID-19)	44 736	52 118
Turismo de Portugal	-	13 702
Outros subsídios	6 271	15 378
	<u>1 198 175</u>	<u>1 152 380</u>

Nesta rubrica estão registados os gastos a suportar no âmbito do Proemprego, bem como o financiamento dos encargos incorridos no ano de 2021 com a formação teórica realizada no âmbito dos cursos relacionados com o turismo e a hotelaria e também com diversas ações realizadas pela Associação.

Em 19 de novembro de 2021, foi celebrado um contrato-programa com a Região Autónoma dos Açores para suportar despesas de funcionamento e de investimento, incluindo cursos e ações de formação não financiadas por outras entidades públicas ou privadas, com um limite de 400 mil euros, tendo sido financiado despesas de exploração no montante de 333.680 euros e de investimento de 14.844 euros (Nota 11).

Nesta data, foi também celebrado com esta entidade pública outro contrato-programa para suportar as despesas de funcionamento e de investimento associadas à Marca Açores, até ao limite de 100 mil euros, do qual apenas se concretizou despesas de investimento no montante de 2.727 euros (Nota 11).

Estão também registados os apoios financeiros destinados à manutenção dos postos de trabalho e para reduzir os efeitos provocados pela pandemia causada pela doença COVID-19.

17 - FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a rubrica de Fornecimentos e serviços externos detalha-se conforme se segue:

Rosa
RG
47

	2021	2020
Subcontratos		-
Serviços especializados	233 255	190 723
Materiais de consumo	14 789	35 451
Energia e fluidos	89 874	70 110
Deslocações, estadas e transportes	29 427	37 512
Serviços diversos	63 663	64 036
	<u>431 008</u>	<u>397 833</u>

18 - GASTOS COM O PESSOAL

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a rubrica de Gastos com o pessoal detalha-se conforme se segue:

	2021	2020
Remunerações dos órgãos sociais	42 466	46 159
Remunerações do pessoal	546 348	549 745
Encargos sobre remunerações	128 287	112 209
Seguro de acidentes no trabalho	6 819	6 865
Outros	2 020	3 681
	<u>725 940</u>	<u>718 659</u>

19 - OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a rubrica de Outros rendimentos e ganhos detalha-se conforme se segue:

	2021	2020
Imputação de subsídios	288	12 199
Rendimentos suplementares	143	411
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	-	541
Correções relativas a períodos anteriores	8 984	10 710
Outros	85	-
	<u>9 500</u>	<u>23 862</u>

20 - OUTROS GASTOS E PERDAS

O saldo desta rubrica refere-se nomeadamente a encargos com formandos, conforme se apresenta:

	2021	2020
Impostos e Taxas	29 369	32 147
Correções relativas a períodos anteriores	15 019	2 950
Quotizações	1 275	1 215
Multas e penalidades	-	2 305
Outros		
Outros encargos com formandos	155 194	148 443
Serviços bancários	15 311	19 080
Outros não especificados	20	19
	<u>216 188</u>	<u>206 159</u>

Na rubrica de Impostos e taxas é reconhecida a parte não dedutível do Imposto sobre o Valor Acrescentado, nos montantes de 28.990 euros e 29.316 euros, respetivamente em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

21- ATIVOS E PASSIVOS CONTIGENTES

Com exceção do assunto mencionado na Nota 7, a Associação não tem quaisquer ativos nem passivos contingentes em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

22- EVENTOS SUBSEQUENTES

Após o encerramento do período e até à elaboração do presente anexo não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

23- INDICAÇÃO DO NÚMERO DE PESSOAL, TITULARES DO ÓRGÃO DE GESTÃO OU INFORMAÇÃO ÚTIL

O número médio de pessoas ao serviço da Associação nos exercícios de 2021 e 2020 era de 40 e 42 funcionários, respetivamente.

Os órgãos sociais e de gestão tinham a seguinte composição:

105
RQ
R
A

loc
208
h
A

Direção

Nome	Cargo
António Manuel Silva Almeida (Região Autónoma dos Açores)	Presidente
Rosa Maria Carreiro Machado Costa (Região Autónoma dos Açores)	Vice-Presidente
João Manuel Pires de Medeiros (CCIPD)	Vice-Presidente
Rui Oliveira da Apresentação (SATA)	Vogal
Rui Jorge da Silva Leite de Bettencourt	Diretor Executivo

Mesa da Assembleia

Nome	Cargo
Raquel Garcia de Medeiros Franco (CCIPD)	Presidente
Renato Francisco Martins Lopes Almeida de Medeiros (Região Autónoma dos Açores)	Primeiro Secretário
Amâncio Gonçalves Machado de Faria e Maia (Região Autónoma dos Açores)	Segundo Secretário

Conselho Fiscal

Nome	Cargo
Daniel de Medeiros Mestre	Presidente
Carolina Ponte Bastos (Região Autónoma dos Açores)	Membro
Manuel Luís Fernandes Branco	Membro

102
728
D
A

Demonstrações Orçamentais
31 de dezembro de 2021

DEMONSTRAÇÃO DE DESEMPENHO ORÇAMENTAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Rosa
RG

42
[assinatura]

Demonstração Desempenho Orçamental

Exercício 2021

FUNÇÃO	DESCRIÇÃO	FONTES DE FINANCIAMENTO					TOTAL	R\$
		41	42	43	44	45		
	Saldo de gestão anterior							
	Operações orçamentais (1)	0,00	128 540,72	0,00	0,00	0,00	128 540,72	69 992,49
	Restituição de saldos de operações orçamentais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Operações de tesouraria (A)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Receita corrente							
R1	Receita fiscal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R1.1	Impostos diretos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R1.2	Impostos indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R3	Taxas, multas e outras penalidades	0,00	143,40	0,00	0,00	0,00	143,40	411,08
R4	Rendimentos de propriedade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5	Transferências Correntes	0,00	778 943,76	0,00	0,00	0,00	778 943,76	829 583,24
R5.1	Administrações Públicas	0,00	778 943,76	0,00	0,00	0,00	778 943,76	829 583,24
R5.1.1	Administração Central - Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	162 782,87	0,00	0,00	0,00	162 782,87	32 398,12
R5.1.3	Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	22 162,05
R5.1.4	Administração Regional	0,00	615 560,89	0,00	0,00	0,00	615 560,89	775 023,07
R5.1.5	Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.2	Exterior - UE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.3	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R6	Venda de bens e serviços	0,00	374 574,99	0,00	0,00	0,00	374 574,99	244 608,60
R7	Outras receitas correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Receita de Capital							
R8	Venda de bens de investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	933,27
R9	Transferências de Capital	0,00	577 531,49	0,00	0,00	0,00	577 531,49	1 228 788,06
R9.1	Administrações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.1	Administração Central - Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.3	Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.4	Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.5	Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.2	Exterior - UE	0,00	577 531,49	0,00	0,00	0,00	577 531,49	1 228 788,06
R9.3	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R10	Outras receitas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R11	Reposição não abatidas aos pagamentos	0,00	5 944,52	0,00	0,00	0,00	5 944,52	14 351,25
	Receita efetiva [2]	0,00	1 736 538,18	0,00	0,00	0,00	1 736 538,18	2 318 675,50
	Receita não efetiva [3]	0,00	892 000,00	0,00	0,00	0,00	892 000,00	1 410 500,00
R12	Ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R13	Passivos financeiros	0,00	892 000,00	0,00	0,00	0,00	892 000,00	1 410 500,00
	Soma [4]=[1]+[2]+[3]	0,00	2 757 078,88	0,00	0,00	0,00	2 757 078,88	3 799 167,99
	Recebimentos de operações de tesouraria [B]	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FUNDAÇÃO	FUNÇÃO	FONTES DE FINANCIAMENTO (R\$)					TOTAL	R\$
		RP	RG	UE	EMP	ESTRUC. ALHEIOS		
	Despesa corrente							
D1	Despesas com o pessoal	0,00	694 408,66	0,00	0,00	0,00	694 408,66	763 676,04
D1.1	Remunerações Certas e Permanentes	0,00	542 338,25	0,00	0,00	0,00	542 338,25	594 085,97
D1.2	Abonos Variáveis ou Eventuais	0,00	21746,20	0,00	0,00	0,00	21746,20	29 675,96
D1.3	Segurança social	0,00	130 324,21	0,00	0,00	0,00	130 324,21	129 833,11
D2	Aquisição de bens e serviços	0,00	584 688,9	0,00	0,00	0,00	584 688,9	794 468,06
D3	Juros e outros encargos	0,00	30 032,93	0,00	0,00	0,00	30 032,93	31395,75
D4	Transferências correntes	0,00	148 808,19	0,00	0,00	0,00	148 808,19	149 156,60
D4.1	Administrações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1	Administração Central - Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.3	Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.4	Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.5	Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.2	Instituições sem fins lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.3	Famílias	0,00	148 808,19	0,00	0,00	0,00	148 808,19	149 156,60
D4.4	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D5	Subsídios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D6	Outras despesas correntes	0,00	3 844,46	0,00	0,00	0,00	3 844,46	12 547,14
	Despesa de Capital							
D7	Investimento	0,00	23 995,23	0,00	0,00	0,00	23 995,23	11484,66
D8	Transferências de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D8.1	Administrações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D8.1.1	Administração Central - Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D8.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D8.1.3	Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D8.1.4	Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D8.1.5	Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D8.2	Instituições sem fins lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D8.3	Famílias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D8.4	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D9	Outras despesas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Despesa efetiva [5]	0,00	1 486 777,66	0,00	0,00	0,00	1 486 777,66	1 762 627,26
	Despesa não efetiva [6]	0,00	1 179 600,00	0,00	0,00	0,00	1 179 600,00	1 918 000,02
D10	Ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D11	Passivos financeiros	0,00	1 179 500,00	0,00	0,00	0,00	1 179 500,00	1 918 000,02
	Soma [7]=[5]+[6]	0,00	2 666 277,66	0,00	0,00	0,00	2 666 277,66	3 670 627,27
	Pagamentos de operações de tesouraria [C]	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Saldos para gerência seguinte							
	Operações orçamentais [8]=[4]-[7]	0,00	9180122	0,00	0,00	0,00	9180122	128 540,72
	Operações de tesouraria [D]=[A]+[B]-[C]	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Saldo global [2]-[8]	0,00	260 760,60	0,00	0,00	0,00	260 760,60	666 046,26
	Despesa primária	0,00	1455 744,73	0,00	0,00	0,00	1455 744,73	172123150
	Saldo corrente	0,00	-308 863,88	0,00	0,00	0,00	-308 863,88	-888 950,75
	Saldo de capital	0,00	553 536,26	0,00	0,00	0,00	553 536,26	128 238,67
	Saldo primário	0,00	280 793,43	0,00	0,00	0,00	280 793,43	597 444,00
	Receita total [1]+[2]+[3]	0,00	2 767 078,88	0,00	0,00	0,00	2 767 078,88	3 799 167,99
	Despesa total [5]+[6]	0,00	2 666 277,66	0,00	0,00	0,00	2 666 277,66	3 670 627,27

DEMONSTRAÇÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA RECEITA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Rubrica	Descrição	Previdência	Despesas em Exercício	Empenho em Exercício	Empenho em Exercício	Empenho em Exercício	Recursos de Capital		Recursos de Capital		Total	Grupos de Despesa	
							Operações de Capital	Operações de Capital	Operações de Capital	Operações de Capital		Operações de Capital	Operações de Capital
R1	Receitas Correntes												
R1.1	Receita Fiscal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0%
R1.2	Impostos diretos												0%
R1.3	Impostos indiretos												0%
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	3 500,00	173,40	30,00	173,40	30,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0%
R3	Taxas, multas e outras penalidades												0%
R4	Rendimentos de propriedade												0%
R5	Transferências Correntes	827 358,94	561 859,92	0,00	561 859,92	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0%
R5.1	Administrações Públicas	827 358,94	561 859,92	0,00	561 859,92	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0%
R5.1.1	Administração Central - Estado	14 098,05											0%
R5.1.2	Administração Central - Outras entidades	197 000,00	210 599,03	499,02	499,02	499,02	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0%
R5.1.3	Segurança Social	700,00											0%
R5.1.4	Administração Regional	615 560,89	351 260,89	264 300,00	715 560,89	100 000,00	264 300,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0%
R5.1.5	Administração Local												0%
R5.2	Exterior - UE												0%
R5.3	Outras												0%
R6	Venda de bens e serviços	392 562,43	385 845,35	9 482,37	395 345,31	10 770,32	2 803,35	371 771,44	374 574,99	5 158,25	0,00	0,00	1%
R7	Outras receitas correntes												0%
R7	Total das Receitas Correntes	1 228 421,37	270 169,07	9 512,37	1 265 862,47	110 800,32	267 602,37	865 459,48	1 153 062,15	58 478,43	0,00	0,00	72%
R8	Receitas de Capital												0%
R9	Venda de bens de investimento												0%
R9	Total das Receitas de Capital	1 434 539,63	32 354,79	622 281,54	687 239,06	104 707,57	32 354,79	545 176,70	577 531,49	372 087,48	0,00	0,00	38%
R9.1	Administrações Públicas	6 700,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0%
R9.1.1	Administração Central - Estado	6 700,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0%
R9.1.2	Administração Central - Outras entidades												0%
R9.1.3	Segurança Social												0%
R9.1.4	Administração Regional												0%
R9.1.5	Administração Local												0%
R9.2	Exterior - UE												0%
R9.3	Outras	1 427 839,63	32 354,79	622 281,54	687 239,06	104 707,57	32 354,79	545 176,70	577 531,49	372 087,48	0,00	0,00	38%
R10	Outras receitas de capital	1 434 539,63	32 354,79	622 281,54	687 239,06	104 707,57	32 354,79	545 176,70	577 531,49	372 087,48	0,00	0,00	38%
R10	Total das Receitas de Capital	1 434 539,63	32 354,79	622 281,54	687 239,06	104 707,57	32 354,79	545 176,70	577 531,49	372 087,48	0,00	0,00	38%
R12	Receitas não afetadas												0%
R12	Ativos financeiros	1 800 000,00	892 000,00	0,00	892 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0%
R13	Passivos financeiros	1 800 000,00	892 000,00	0,00	892 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0%
R13	Total das Receitas não afetadas	13 000,00	5 944,52	0,00	5 944,52	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0%
R11	Reposição não abatidas aos pagamentos	128 540,72	128 540,72	0,00	128 540,72	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0%
R14	Saldo da gestão anterior - operações orçamentais	1 228 421,37	270 169,07	9 512,37	1 265 862,47	110 800,32	267 602,37	865 459,48	1 153 062,15	58 478,43	0,00	0,00	22%
R14	Total Geral (Receitas Correntes)	1 434 539,63	32 354,79	622 281,54	687 239,06	104 707,57	32 354,79	545 176,70	577 531,49	372 087,48	0,00	0,00	38%
R14	Total Geral (Rec. de Capital)	4 599 502,00	302 523,86	631 793,91	2 975 586,77	215 507,89	299 957,36	2 457 151,52	2 757 078,88	425 560,91	0,00	0,00	53%

Handwritten signature and initials: "Rafael" and "A" with a large checkmark.

DEMONSTRAÇÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA DESPESA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Unidade	Descrição	Despesa por exercício (partidas orçamentárias)	Dotações correntes	Capital / amortizado	Compromissos	Chargados	Despesa atualizada (partidas orçamentárias)			Compromissos atualizados	Obrigações por pagar	Compromissos por pagar	Empenho em execução
							Receitas ordinárias	Transferências administrativas	Outras				
D1	Despesas Correntes	23 915,06	754 865,00	0,00	714 807,20	714 406,62	23 915,06	670 493,58	694 408,66	400,58	19 997,96	3%	89%
D1.1	Despesas com o pessoal	12 132,74	561 903,00		551 530,70	551 530,70	12 132,74	530 205,51	542 336,25	0,00	9 192,45	2%	94%
D1.2	Remunerações Certas e Permanentes	601,29	34 909,00		22 545,02	22 545,02	601,29	21 144,91	21 746,20	0,00	798,82	2%	61%
D1.3	Abonos Variáveis ou Eventuais	11 181,05	157 553,00		140 731,48	140 330,90	11 181,05	119 143,16	130 324,21	400,58	10 006,69	7%	76%
D2	Segurança social	642 577,54	1 651 515,00	82 577,00	1 353 561,83	1 295 963,81	75 990,02	508 696,17	584 088,19	57 598,02	711 275,62	5%	31%
D3	Aquisição de bens e serviços	52 182,45	85 391,00		82 209,49	82 208,85	0,00	30 032,93	30 032,93	0,64	52 175,92	0%	35%
D4	Juros e outros encargos	10 756,72	170 993,00	0,00	165 951,13	165 951,13	10 756,62	138 051,57	148 808,19	0,00	17 142,94	6%	81%
D4.1	Transferências correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0%	0%
D4.1.1	Administrações Públicas												
D4.1.2	Administração Central - Estado												
D4.1.3	Administração Central - Outras entidades												
D4.1.4	Segurança Social												
D4.1.5	Administração Regional												
D4.1.6	Administração Local												
D4.2	Instituições sem fins lucrativos												
D4.3	Famílias	10 756,72	170 993,00		165 951,13	165 951,13	10 756,62	138 051,57	148 808,19	0,00	17 142,94	6%	81%
D4.4	Outras												
D5	Subsídios	900,00	0,00		3 974,90	3 844,46	900,00	2 944,46	3 844,46	130,44	0,00	18%	60%
D6	Outras despesas correntes	730 311,79	2 667 200,00	82 577,00	2 320 504,55	2 282 374,87	111 581,72	1 350 220,71	1 461 782,43	58 129,08	800 592,44	4%	51%
D7	Total das Despesas Correntes	411,82	32 302,00	0,00	30 618,62	24 469,67	411,82	23 583,41	23 995,23	6 148,95	474,44	1%	73%
D8	Investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0%	0%
D8.1	Transferências de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0%	0%
D8.1.1	Administrações Públicas												
D8.1.2	Administração Central - Estado												
D8.1.3	Administração Central - Outras entidades												
D8.1.4	Segurança Social												
D8.1.5	Administração Regional												
D8.1.6	Administração Local												
D8.2	Instituições sem fins lucrativos												
D8.3	Famílias												
D8.4	Outras												
D9	Outras despesas de capital	411,82	32 302,00	0,00	30 618,62	24 469,67	411,82	23 583,41	23 995,23	6 148,95	474,44	1%	73%
D10	Total das Despesas de Capital												
D11	Despesas não efetivas												
D11.1	Ativos financeiros	1 900 000,00	1 900 000,00	0,00	1 179 500,00	1 179 500,00	0,00	1 179 500,00	1 179 500,00	0,00	0,00	0%	62%
D11.2	Passivos financeiros	1 900 000,00	1 900 000,00	0,00	1 179 500,00	1 179 500,00	0,00	1 179 500,00	1 179 500,00	0,00	0,00	0%	62%
D11.3	Total das Despesas não efetivas	730 311,79	2 667 200,00	82 577,00	2 320 504,55	2 282 374,87	111 581,72	1 350 220,71	1 461 782,43	58 129,08	800 592,44	4%	51%
D11.4	Total Geral (Despesas Correntes)	411,82	32 302,00	0,00	30 618,62	24 469,67	411,82	23 583,41	23 995,23	6 148,95	474,44	1%	73%
D11.5	Total Geral (Despesas de Capital)	0,00	1 900 000,00	0,00	1 179 500,00	1 179 500,00	0,00	1 179 500,00	1 179 500,00	0,00	0,00	0%	62%
D11.6	Total Geral (Despesas não efetivas)	730 723,61	4 599 502,00	82 577,00	3 530 623,17	3 466 344,54	111 973,54	2 553 304,12	2 665 277,66	64 278,93	801 066,88	2%	56%

E 13 28 Assis

A

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS

42
2021
Rosa
A

ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS DA RECEITA DO PERÍODO FINDO A 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Rubrica	Descrição	Receita				Previsões Corrigidas
		Previsões iniciais	Alterações Orçamentais			
			Incréscimos / Reduções	Diminuições / Aulações	Créditos Especiais	
Receitas Correntes						
R1	Receita fiscal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R1.1	Impostos diretos					
R1.2	Impostos indiretos					
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde					
R3	Taxas, multas e outras penalidades	3 500,00	0,00	0,00	0,00	3 500,00
R4	Rendimentos de propriedade					
R5	Transferências Correntes	748 800,00	169 800,00	77 139,00	0,00	841 461,00
R5.1	Administrações Públicas	748 800,00	169 800,00	77 139,00	0,00	841 461,00
R5.1.1	Administração Central - Estado	0,00	14 100,00	0,00	0,00	14 100,00
R5.1.2	Administração Central - Outras entidades	55 400,00	155 700,00	0,00	0,00	211 100,00
R5.1.3	Segurança Social	3 500,00	0,00	2 800,00	0,00	700,00
R5.1.4	Administração Regional	689 900,00	0,00	74 339,00	0,00	615 561,00
R5.1.5	Administração Local					
R5.2	Exterior - UE					
R5.3	Outras					
R6	Venda de bens e serviços	255 154,00	149 000,00	4 592,00	0,00	399 562,00
R7	Outras receitas correntes					
	Total das Receitas Correntes	1 007 454,00	318 800,00	81 731,00	0,00	1 244 523,00
Receitas de Capital						
R8	Venda de bens de investimento					
R9	Transferências de Capital	1 450 507,00	206 700,00	243 769,00	0,00	1 413 438,00
R9.1	Administrações Públicas	0,00	6 700,00	0,00	0,00	6 700,00
R9.1.1	Administração Central - Estado					
R9.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	6 700,00	0,00		6 700,00
R9.1.3	Segurança Social					
R9.1.4	Administração Regional					
R9.1.5	Administração Local					
R9.2	Exterior - UE	1 450 507,00	200 000,00	243 769,00	0,00	1 406 738,00
R9.3	Outras					
R10	Outras receitas de capital					
	Total das Receitas de Capital	1 450 507,00	206 700,00	243 769,00	0,00	1 413 438,00
Receitas não efetiva						
R12	Ativos financeiros					
R13	Passivos financeiros	1 800 000,00	0,00	0,00	0,00	1 800 000,00
	Total das Receitas não efetiva	1 800 000,00	0,00	0,00	0,00	1 800 000,00
R11	Reposição não abatidas aos pagamentos	13 000,00	0,00	0,00	0,00	13 000,00
R14	Saldos da gerência anterior - operações orçamentais	0,00	128 541,00	0,00	0,00	128 541,00
	Total Geral (Receitas Correntes)	1 007 454,00	318 800,00	81 731,00	0,00	1 244 523,00
	Total Geral (Receitas Capital)	1 450 507,00	206 700,00	243 769,00	0,00	1 413 438,00
	Total Geral (Receitas Não Efetivas)	1 800 000,00	0,00	0,00	0,00	1 800 000,00
	Total Geral	4 270 961,00	654 041,00	325 500,00	0,00	4 599 502,00

17
 DG
 Fossler

ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS DA DESPESA DO PERÍODO FINDO A 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Rubrica	Tipo	Descrição	Despesa				Previsão Corrigida
			Previsão Inicial	Alterações Orçamentais			
				Emendas / Notas	Diminuições / Anulações	Créditos Especiais	
Despesas Correntes							
D1		Despesas com o pessoal	737 819,00	83 334,00	66 788,00	0,00	754 365,00
D1.1	M	Remunerações Certas e Permanentes					0,00
D1.1	P	Remunerações Certas e Permanentes	537 964,00	58 521,00	34 582,00		561 903,00
D1.2	M	Abonos Variáveis ou Eventuais					0,00
D1.2	P	Abonos Variáveis ou Eventuais	62 155,00	4 960,00	32 206,00		34 909,00
D1.3	M	Segurança social					0,00
D1.3	P	Segurança social	137 700,00	19 853,00	0,00		157 553,00
D2		Aquisição de bens e serviços	1 376 283,00	385 347,00	110 115,00	0,00	1 651 515,00
D2	M	Aquisição de bens e serviços					0,00
D2	P	Aquisição de bens e serviços	1 376 283,00	385 347,00	110 115,00		1 651 515,00
D3		Juros e outros encargos	30 631,00	54 760,00	0,00	0,00	85 391,00
D3	M	Juros e outros encargos					0,00
D3	P	Juros e outros encargos	30 631,00	54 760,00	0,00		85 391,00
D4		Transferências correntes	164 292,00	50 001,00	43 300,00	0,00	170 993,00
D4.3	M	Famílias		0,00			0,00
D4.3	P	Famílias	164 292,00	50 001,00	43 300,00		170 993,00
D5		Subsídios				0,00	0,00
D6		Outras despesas correntes	11 936,00	1 803,00	8 803,00	0,00	4 936,00
D6	M	Outras despesas correntes					0,00
D6	P	Outras despesas correntes	11 936,00	1 803,00	8 803,00		4 936,00
		Total das Despesas Correntes	2 320 961,00	575 245,00	229 006,00	0,00	2 667 200,00
Despesas de Capital							
D7	M	Investimento	50 000,00	2 112,00	19 810,00	0,00	32 302,00
D7	P	Investimento	50 000,00	2 112,00	19 810,00		32 302,00
D8		Transferências de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D8.1		Administrações Públicas					
D8.1.1		Administração Central - Estado					
D8.1.2		Administração Central - Outras entidades					
D8.1.3		Segurança Social					
D8.1.4		Administração Regional					
D8.1.5		Administração Local					
D8.2		Instituições sem fins lucrativos					
D8.3		Famílias					
D8.4		Outras					
D9		Outras despesas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		Total das Despesas de Capital	50 000,00	2 112,00	19 810,00	0,00	32 302,00
Despesas não efetivas							
D10		Ativos financeiros					
D11	M	Passivos financeiros	1 900 000,00	0,00	0,00		1 900 000,00
D11	P	Passivos financeiros					0,00
		Total das Despesas não efetivas	1 900 000,00	0,00	0,00	0,00	1 900 000,00
		Total Geral (Despesas Correntes)	2 320 961,00	575 245,00	229 006,00	0,00	2 667 200,00
		Total Geral (Despesas Capital)	50 000,00	2 112,00	19 810,00	0,00	32 302,00
		Total Geral (Despesas não efetivas)	1 900 000,00	0,00	0,00	0,00	1 900 000,00
		Total Geral	4 270 961,00	577 357,00	248 816,00	0,00	4 599 502,00

A

TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS RECEBIDOS

Tipo de receita	Desposições legais	Entidade	Entidade financeira	Receito registado	Previsão recebida	Receita Prevista e mapa de taxa	Desdobramento de transferências e subsídios recebidos	Observações
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6) (7) (8)	(9)	(10)
Transferência capital	Contrato-Programa 2017	Plano anual de ações	Região Autónoma dos Açores	70 000,00	70 000,00	-	-	
Transferência capital	Contrato-Programa 2018	Plano anual de ações	Região Autónoma dos Açores	50 000,00	50 000,00	-	-	
Transferência capital	Contrato-Programa 2020	Plano anual de ações	Região Autónoma dos Açores	144 300,00	144 300,00	-	-	
Transferência capital	Contrato-Programa 2021	Plano anual de ações	Região Autónoma dos Açores	348 523,89	348 523,89	-	-	
Transferência capital	Contrato-Programa 2021	Plano anual de ações Marca Açores	Região Autónoma dos Açores	2 737,00	2 737,00	-	-	

O Contabilista Certificado



A Direção

Vosalen
António Manuel da Silva Alho

Registo
+ - - - -